



**Associação
Mato-grossense
dos Municípios**

QUARTA-FEIRA

07/01/2026

Nº 4901 | EXTRA OFICIAL

ÍNDICE

Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis	4
---	---

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM TRIÊNIO 2024/2026

Presidente de Honra: Juarez Alves da Costa

Presidente: Leonardo Tadeu Bortolin

Primeiro Vice-Presidente: Hemerson Lourenço Máximo - Colíder

Segundo Vice-Presidente: José Guedes de Souza - Rondolândia

Terceiro Vice-Presidente: Edu Laudi Pasccoski - Itanhangá

Quarto Vice-Presidente: Marcelo de Aquino - General Carneiro

Quinto Vice-Presidente: Thiago Castelian Ribeiro - Santa Terezinha

Secretário Geral: Janailza Taveira Leite - São Félix do Araguaia

Primeiro Secretário: Carlos Sirena - Juara

Tesoureiro Geral: Nelson Antônio Pain - Poxoréu

Primeiro Tesoureiro: Francieli Magalhães Vieira Pires - Santo Antônio Leverger

Segundo Tesoureiro: Manoel Loureiro Neto - Diamantino

Conselho Fiscal:

1º Fernando de Oliveira Ribeiro - Carlinda

2º Fábio Marcos Pereira de Farias - Canarana

3º João Isaack Moreira - Tesouro

Suplentes Fiscais:

1º Egon Hoepers - Santa Rita do Trivelato

2º Irineu Marcos Parmeggiani - Campos de Júlio

3º Enilson de Araújo Rios - Araputanga

Responsável pelo Jornal Oficial AMM

Noides Cenio da Silva

(65) 99931 - 8446

(65) 2123 - 1200

(65) 99903 - 7934

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1201

O Jornal Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

**DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA**

CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS EM GOVERNANÇA

CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS E DIRETRIZES DE GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL QUE REGULAMENTA A ADOÇÃO DE MECANISMOS, PRINCÍPIOS, CONDUTAS ESPERADAS, PRÁTICAS E INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA. Gestão 2025-2028

PREÂMBULO

A Governança Pública Municipal representa um conjunto de mecanismos, processos, valores e práticas para uma gestão moderna que orientam a atuação da administração pública na busca por resultados efetivos, pautada na ética e integridade, transparência, imparcialidade, responsabilidade e compliance, assegurando que as políticas públicas produzam valor efetivo e eficiente à sociedade e, principalmente na gestão dos recursos públicos (accountability institucional), com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

No contexto atual, a Governança Pública brasileira que está baseada no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 e se consolida como instrumento essencial para o fortalecimento institucional dos municípios, permitindo que as decisões sejam pautadas em planejamento estratégico, gestão de riscos, controle interno e participação social. Essa abordagem promove não apenas a eficiência administrativa, mas também a confiabilidade e legitimidade das ações governamentais perante a sociedade.

Destarte, o **Código de Boas Práticas em Governança Pública Municipal** surge como um instrumento orientador a indicar boas práticas de maneira estratégica e macro destinado a consolidar princípios, diretrizes e mecanismos que fortalecem a gestão pública íntegra, participativa e sustentável. Seu propósito é uniformizar condutas e promover a cultura da governança, estimulando a adoção de práticas que assegurem coerência entre o planejamento, a execução e o monitoramento das ações governamentais, aplicáveis ao setor público. Ao estabelecer parâmetros claros de comportamentos e tomadas de decisões, o presente Código busca aperfeiçoar a relação entre gestores, servidores e cidadãos, estimulando a corresponsabilidade e o compromisso coletivo com o interesse público. Assim, consolida-se uma administração mais transparente, eficaz, eficiente, colaborativa e orientada por resultados, capaz de gerar valor público e confiança na atuação municipal.

Diante das peculiaridades do setor público, heterogêneo e com distintos graus de complexidade entre suas organizações, a governança se apresenta como um modelo importante para contribuir com um direcionamento eficaz de ações integradas, articuladas, direcionadas e monitoradas, qualificando o serviço público e potencializando a redução de desvios que possam comprometer o futuro e o desenvolvimento socioeconômico do país. Ademais, a implantação e a melhoria contínua do sistema de governança elevam o nível de confiança nas instituições a patamares antes nunca alcançados. Esse racional se deve à nítida compreensão da relação de interdependência dos órgãos de governo, em que uma área comprometida certamente afetará o todo.

Para elaboração desse Código, foi adotado o modelo de governança apresentado no Decreto de Governança Pública nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e no Referencial Básico de Governança Pública Organizacional do Tribunal de Contas da União (2020). Assim, as boas práticas foram separadas didaticamente entre os

três mecanismos que formam o tripé da governança: controle, estratégia e liderança. Este Código, portanto não é apenas um documento normativo, mas um marco de amadurecimento institucional, que reafirma o compromisso do Município de Campo Novo do Parecis com uma governança pública transformadora, voltada ao desenvolvimento sustentável e à promoção do bem comum.

I - Disposições Gerais

Art. 1º Este Código dispõe sobre as boas práticas de Governança Pública no âmbito da Administração Municipal, com vistas a aprimorar os processos decisórios, a gestão de riscos, o controle interno e a accountability institucional.

Art. 2º A aplicação deste Código alcança todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta, bem como seus servidores, gestores, colaboradores e, no que couber, a empresas contratadas, conveniadas e demais parceiros que interajam com a Administração Municipal, no exercício de suas funções.

Art. 3º São objetivos deste Código:

- I.** Promover a integridade, a transparência e a ética na gestão pública;
- II.** Fortalecer a cultura de governança e gestão por resultados;
- III.** Assegurar a eficiência e a efetividade das políticas públicas;
- IV.** Aprimorar o relacionamento entre governo e sociedade;
- V.** Consolidar práticas que estimulem a inovação, a equidade, a sustentabilidade e accountability institucional.

II - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º Todos os agentes públicos que compõem este governo devem observar e praticar os seguintes princípios:

I. Transparência: assegurar o acesso à informação e a prestação de contas, ressalvadas as que, por lei, estejam protegidas por sigilo;

II. Compliance: assegurar que a administração pública atue em conformidade com as leis, normas e princípios éticos, prevenindo irregularidades e fortalecendo a integridade institucional;

III. Ética e Integridade: assegurar moralidade e justiça em todas as decisões, recusando práticas ilícitas, fraudes ou quaisquer ações que comprometam o interesse público;

IV. Equidade: tratar desigualmente os desiguais na medida de suas diferenças, garantindo justiça, inclusão e acesso equilibrado aos serviços e oportunidades oferecidos pelo poder público. Sendo inaceitável qualquer tipo de discriminação, sob qualquer pretexto, considerando interesses, direitos, deveres e necessidades de cada indivíduo ou grupo;

V. Imparcialidade: tomar decisões e ações com neutralidade, justiça e isenção de interesses pessoais ou políticos, assegurando que o interesse público prevaleça sobre qualquer influência externa;

VI. Prestação de Conta (accountability institucional): garantir que os gestores públicos assumam responsabilidade por suas ações, preste informações transparentes do uso dos recursos públicos e sejam avaliados quanto aos resultados alcançados, zelando pelo uso eficiente e ético dos recursos públicos;

VII. Cultura Organizacional: orientar a conduta dos servidores e fortalecer a identidade institucional, com um conjunto de valores, comportamentos e boas práticas compartilhadas.

VIII. Transformação Digital: promover eficiência, transparência e melhor prestação de serviços ao cidadão com a integração

de tecnologias inovadoras aos processos públicos;

IX. Environmental, Social and Governance (ESG): aplicar à gestão pública um modelo de boas práticas de gestão que impactam no ambiental, no social e na governança propriamente dita, garantindo uma governança sustentável, que integra responsabilidade ambiental, compromisso social e ético na administração;

Art. 5º A aplicação deste Código de Boas Práticas em Governança deve observar e manter harmonia com os princípios fundamentais que norteiam a Administração Pública, sendo esses: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, em conformidade com a Constituição Federal.

III - MECANISMOS DE GOVERNANÇA: CONDUTAS

Art. 6º Para garantir a efetiva aplicação dos princípios fundamentais de governança, todos os agentes públicos deverão observar as seguintes normas de conduta ética, de caráter obrigatório e permanente:

I. Exercer as funções públicas com zelo, probidade, eficiência e observância à legislação vigente, tendo o interesse público como finalidade essencial de toda ação administrativa;

II. Abster-se de aceitar, solicitar ou oferecer qualquer tipo de vantagem, benefício ou favor de natureza pessoal, política, financeira ou institucional que possa comprometer a imparcialidade, a integridade ou a moralidade do agente público.

III. Comunicar de forma responsável às autoridades competentes, por meio dos canais institucionais, quaisquer práticas ilícitas, antiéticas ou irregulares, colaborando para a prevenção e o combate à corrupção e à má gestão.

IV. Preservar um ambiente de trabalho ético, inclusivo e respeitoso, prevenindo e repudiando atos de discriminação, perseguição, qualquer tipo de assédio e abuso de poder ou conflito de interesses, promovendo relações profissionais pautadas pela civilidade e pelo respeito mútuo, assegurando um ambiente de trabalho saudável e seguro para todos.

V. Gerir os recursos públicos com responsabilidade e transparência, assegurando o uso eficiente, econômico e sustentável dos bens, valores e serviços, exclusivamente em benefício da coletividade.

VI. Resguardar a imagem e a credibilidade da Administração Pública, evitando condutas, declarações ou omissões que possam comprometer a confiança da sociedade nas instituições e autoridades municipais.

VII. Proteger e manter o sigilo de informações institucionais sensíveis, observando as normas legais de transparência, acesso à informação e proteção de dados, garantindo o tratamento ético e seguro dos documentos e registros oficiais.

VIII. Assegurar a implementação e o funcionamento de um sistema eficaz de gestão de riscos, capaz de identificar, avaliar, mitigar e monitorar eventuais ameaças aos objetivos institucionais.

Art. 7º O descumprimento das disposições deste Anexo sujeitará o agente público às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo da apuração de responsabilidades pelos órgãos de controle interno e externo.

IV - COMPROMISSO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º A Alta Administração reafirma seu compromisso com a excelência na gestão pública, a liderança ética e a promoção dos valores da boa governança, comprometendo-se a:

I. Atuar como referência de integridade, transparência e responsabilidade, promovendo práticas éticas, fortalecendo a confiança

pública e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável;

II. Respeitar, aplicar e promover este Código de Boas Práticas, reconhecendo-o como instrumento obrigatório e parte integrante do Código de Ética do Município, documento de natureza dinâmica e evolutiva, continuamente aperfeiçoado a partir das experiências práticas e recomendações do Conselho de Governança;

III. Garantir que este Código seja amplamente divulgado, compreendido e devidamente aplicado por todos os agentes públicos, promovendo a uniformidade de condutas, o fortalecimento da ética institucional e o compromisso permanente com o interesse público;

IV. Monitorar, acompanhar e avaliar o cumprimento deste Código, por meio dos órgãos de controle, comitês e instâncias de governança, assegurando a responsabilização administrativa, civil e ética nos casos de descumprimento;

V. Implementar e apoiar ações complementares, normas e regulamentos que consolidem a cultura de integridade e aprimorem os mecanismos de governança, com o apoio técnico do Compliance de Estratégia Permanente (CEP) e dos demais setores estratégicos da Administração;

VI. Fomentar continuamente a cultura ética e de integridade institucional, promovendo ações de capacitação, sensibilização e comunicação interna, para que todos os agentes públicos compreendam, internalizem e pratiquem os valores, princípios e deveres estabelecidos neste Código;

VII. Manter plena clareza sobre os produtos e serviços efetivamente oferecidos aos cidadãos e usuários, garantindo que todas as ações e decisões estejam alinhadas ao propósito de atender com qualidade, eficiência e foco no interesse público;

Art. 9º Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.

Art. 10 Articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.

Art. 11 Implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção, capaz de identificar, avaliar, mitigar e monitorar eventuais ameaças aos objetivos institucionais.

Art. 12 Estabelecer um processo formal para analisar riscos na entidade (política e metodologia), em consonância com a política de governança institucional. Com vistas a assegurar a existência de um sistema efetivo de gestão de riscos estratégicos, operacionais e táticos, com visão sistêmica.

Art. 13 Fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades.

Art. 14 Promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Art. 15 Este Código, além de observar os princípios fundamentais supramencionados no art. 5º deste instrumento, deve manter consonância à Lei de Improbidade Administrativa e aos seus princípios orientadores, que reforçam a integridade, a transparência e a responsabilidade na gestão pública. O descumprimento das normas aqui estabelecidas poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Este Código de Boas Práticas em Governança Pública entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Governança, sendo de cumprimento obrigatório e imediato por todos os agentes públicos vinculados ao governo municipal.

Art. 17 O presente Código poderá ser complementado por normas, resoluções e instrumentos específicos elaborados pelo Conselho de Governança, em consonância com os princípios e diretrizes aqui estabelecidos, visando seu contínuo aperfeiçoamento e efetividade prática.

Art. 18 O descumprimento das disposições deste Código de Boas Práticas acarretará a responsabilização do agente público, conforme a legislação vigente, sujeitando-o às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, sem prejuízo da apuração pelos órgãos competentes de controle interno e externo.

Art. 19 Este Código deverá ser amplamente divulgado e comunicado a todos os servidores, colaboradores e parceiros institucionais, bem como disponibilizado ao acesso público, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a transparência, a ética e a integridade na gestão pública.

Campo Novo do Parecis, 04 de novembro de 2025.

Edilson Antônio Piaia

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO

PORTARIA Nº 1.409, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

PORTARIA Nº 1.409, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Designa os membros para compor a Comissão Especial para revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta do Município de Campo Novo do Parecis, instituída pelo Decreto 285, de 8 de dezembro de 2025.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VI, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista as disposições do Decreto nº 285, que instituiu Comissão Especial para Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta do Município de Campo Novo do Parecis, prevista na Lei Municipal nº 1.822, de 5 de abril de 2016, e as indicações dos representantes apresentadas pelo Governo Municipal e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, conforme consta no Processo Administrativo 1 Doc nº 1.756/2025, resolve:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para compor a Comissão Especial para revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta do Município de Campo Novo do Parecis, instituída pelo Decreto 285, de 8 de dezembro de 2025:

I - um representante da Assessoria Jurídica:

a) Deisi Kolling Sponchiado, advogada, matrícula funcional nº 2814;

II - dois representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

a) Angela de Melo Gonzaga Genzler, Agente Administrativa, matrícula funcional nº 2369;

b) Thayanne Adrielle Linder Piovesan, Agente Administrativa, ma-

trícula funcional nº 4664;

III - um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

a) Bruno Almeida Narciso, Engenheiro Civil, matrícula funcional nº 6062;

IV - dois representantes da Secretaria Municipal de Administração:

a) Carina Celeste Berto, Agente Administrativa, matrícula funcional nº 6198;

b) Juliano Olejas, Agente Administrativo, matrícula funcional nº 2442.

V - dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Gizelle Perin, Enfermeira, matrícula funcional nº 2165;

c) Thamara Dalzotto Leite Martins, Agente Administrativa, matrícula funcional nº 2376;

VI - oito representantes dos servidores municipais, indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (SSPM):

a) Adileide Souza Pereira, Agente Administrativa, matrícula funcional nº 5597;

b) Anneliese de Ávila Del Barco, Fisioterapeuta, matrícula funcional nº 2313;

c) Diego da Silva Barros, Assistente Social, matrícula funcional nº 4696;

d) Elcio Forneck, Motorista de Veículos Pesados, matrícula funcional nº 2988;

e) Gilvan de Mendonça Ferreira, Vigia, matrícula funcional nº 1605;

f) Jeane Berbel Santana, Agente de Serviços de Inspeção Municipal, matrícula funcional nº 3193;

g) Marcos da Cunha Rufino, Técnico em Enfermagem, matrícula funcional nº 582;

h) Valmir da Silva Moura, Torneiro Mecânico, matrícula funcional nº 4680.

Art. 2º Nos termos do art. 2º, § 2º, do Decreto nº 285/2025, a Comissão Especial para revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta do Município de Campo Novo do Parecis será presidida pelo servidor Juliano Olejas - Agente Administrativo - matrícula funcional nº 2442, que terá a responsabilidade de convocar e coordenar as reuniões.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Novo do Parecis/MT, 11 de dezembro de 2025.

EDILSON ANTÔNIO PIAIA
PREFEITO MUNICIPAL

CEZAR ANDRADE MARQUES DE AZEVEDO

Secretário Municipal de Administração

INFORMAÇÕES DA ASSINATURA DIGITAL

